

Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição de Cartografia Histórica: 851-866
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
ISSN: 1808-0936

A INFLUÊNCIA DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES NA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB A ÓTICA DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

The Influence of Military Fortifications on Urban Expansion in the City of Rio de Janeiro under the Perspective of Historical Cartography

Renata Costa Marenga¹ & Luiz Felipe Coutinho Ferreira da Silva²

¹Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Gás e Energia – Gestão da Informação

Endereço: Av. Henrique Valadares, nº28 / 18º andar CEP – 20231-030 – Rio de Janeiro/RJ, Brasil
renatamarenga@yahoo.com.br

²Instituto Militar de Engenharia – IME

Departamento de Engenharia Cartográfica

Endereço: Praça General Tibúrcio, 80 – Praia Vermelha/Rio de Janeiro – CEP 22290-270, Brasil
felipe@ime.eb.br

Recebido em 10 de Agosto, 2011/ Aceito em 29 de Outubro, 2011

Received on August 10, 2011/ Accepted on October 29, 2011

RESUMO

O tema apresentado avalia a participação do posicionamento estratégico das fortificações militares que, desde o século XVI, foram instaladas pelos portugueses e franceses visando à proteção da Baía de Guanabara, na fundação e expansão do núcleo inicial da cidade do Rio de Janeiro. Através da reconstrução dos momentos iniciais de expansão da cidade e da análise da posição geográfica ocupada pelos colonizadores este trabalho busca analisar de quais formas e até quando as fortificações militares influenciaram a ocupação e a expansão do núcleo urbano central da cidade. Outros vetores atuaram secundariamente na expansão do núcleo inicial da cidade e também foram apontados. A metodologia baseou-se num resgate histórico da instalação das fortificações e do gradativo avanço da malha urbana da cidade em direção ao interior, através da elaboração de mapas temáticos e mapas evolutivos, que utilizaram como base documentos e mapas históricos. Os resultados evidenciaram que a instalação das fortificações teve como objetivo a proteção da baía de Guanabara que era considerada como porto escoadouro, para a Europa, dos produtos naturais locais e do ouro que vinha do planalto de Minas Gerais. Esta proteção primeiramente ocorreu na entrada da baía e num segundo momento, já no século XVII, voltou-se ao núcleo urbano da cidade situado nas proximidades da atual Praça XV. A partir deste momento, as fortificações foram instaladas em posições com visão e possibilidade de defesa privilegiadas, no quadrilátero formado pelos morros do Castelo, da Conceição, de São Bento e de Santo Antônio, e conferiu de fato proteção à cidade ante às ameaças dos invasores estrangeiros, notadamente os Franceses, que também reconheciam a posição e o formato estratégico da Guanabara. De uma forma geral conclui-se que a fundação da cidade está diretamente associada à defesa do território e esta foi a principal estratégia dos colonizadores portugueses para garantir à supremacia e a exploração desta colônia. A influência das fortificações na fundação e no desenvolvimento da cidade ocorreu até o início do século

XVIII quando a partir de então, a expansão para oeste e sudoeste se deve particularmente às possibilidades crescentes de ocupação de áreas até então pantanosas e de difícil acesso.

Palavras chaves: Influência, Defesa, Fortificação.

ABSTRACT

The present subject evaluates the participation of strategically positioning of forts which, since XVI century, were built by the Portuguese and Frenchmen in order to protect Guanabara Bay, in the foundation and expansion of the initial urban core of Rio de Janeiro city. By historical reconstruction of the initial moments of urban expansion and analysis of geographical positioning occupied by the colonizers, this work seeks to identify in which ways and until when the presence of these forts had influenced urban occupation and expansion. Other vectors acted secondarily in the expansion of the initial nucleus of the city and also they had been pointed. The methodology was based on a historical parallel of the installation of the forts and the gradual advance of the urban mesh in landward direction, through the elaboration of thematic and synthesis maps, which used historical cartography and documents. The results show that the installation of these forts had as objective the protection of Guanabara Bay, considered as an exit port, for the Europe, of the local natural products and the gold that came from plateaus of Minas Gerais. This protection first occurred in the entrance of the bay and, at a second moment, in century XVII, was turned to the urban core, in the neighborhoods of Praça XV. The forts at this moment had been installed in positions with great vision and privileged possibility of defense, in the quadrilateral formed by the mounts of Castelo, Conceição, São Bento and Santo Antonio, and conferred protection to the city against the threats of the foreign invaders, usually the Frenchmen, who also recognized the great position and the strategically format of the Guanabara bay. In general, this work concludes that the foundation of the city was directly associated with the defense of the territory and this was the main strategy of the Portuguese colonizers to guarantee the supremacy and the exploration of their colony. The influence on the foundation and the development of the city occurred until the beginning of century XVIII when from now on, the expansion for west and southwest were particularly made possible through the increasing occupation of areas until then marshy and of difficult access.

Keywords Influence, Defence, Fortification

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é uma análise da influência exercida pela construção de fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, por meio de mapas e documentos históricos. Conforme citado por Oliveira (1983 apud ROSSATO, 2006), objetos qualificados como históricos conotam, no senso comum, relíquia e originalidade, mas a cópia desses objetos não tem o mesmo valor econômico e social. Entretanto, Oliveira (1983 apud ROSSATO, 2006), não atribui esse tipo de valor quando define “mapa histórico” como sendo um mapa com a representação do fenômeno ou acontecimentos anteriores à época da sua elaboração. Portanto, baseado em Oliveira (1983 apud ROSSATO, 2006), é proposto que seja classificado como histórico, ou do passado, o mapa que: tenha sido construído no presente para representar a espacialização de elementos ou fenômenos, existente no passado, mas que não represente a realidade da espacialização de elementos ou fenômenos no presente.

O presente estudo pretende reconstruir através de mapas evolutivos a fase inicial de implantação das fortificações, seu contexto histórico, suas mudanças ao longo do tempo, e sua conseqüente influência no modo de ocupação, no controle e no desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo através de pesquisa sobre os Fortes e Fortificações militares situados principalmente no entorno da Baía de Guanabara, litoral centro-sul do Estado do Rio de Janeiro.

A cartografia histórica será usada como insumo principal para análise espaço-temporal da influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, abordando as fases inaugurais de implantação e de metamorfoses das fortificações militares do entorno da Baía de Guanabara, bem como sua influência na ocupação, controle e desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, através de mapas e documentos históricos que retratem tal expansão urbana.

Por Cartografia Histórica, reconhece-se aqui o mesmo compreendido por Rossato (2006),

ou seja, entendida como uma “especialidade da Cartografia que tem como enfoque as características temporais das representações cartográficas”, e inclusas nessa especialidade, os trabalhos e projetos que utilizem mapas antigos ou históricos como fontes de informações, ou trabalhos que objetivem a (re) construção de mapas históricos.

1.1 Objetivos

O objetivo principal é avaliar o modo e até quando ocorreu a influência exercida pelas fortificações militares na evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, sob a ótica da cartografia histórica, através da elaboração de mapas evolutivos que possam reconstituir e iluminar os vetores iniciais da urbanização da cidade. Assume-se a hipótese que as instalações fixas mais antigas da cidade atuaram como pólos iniciais da expansão urbana criando áreas de influência em seu entorno. Para isto, foram traçados três objetivos específicos norteadores deste trabalho:

Indicar possíveis zonas de influência das fortificações ao longo do tempo, no entorno das fortificações militares.

Identificar mudanças na organização espacial da cidade do Rio de Janeiro, observando a área sob influência dos Fortes e Fortalezas, expondo as mudanças em sua forma, função, estrutura e processo.

Analisar o papel dos fortes como vetores de expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro.

1.2 Levantamentos de mapas e documentos históricos

Foi realizada uma análise de material bibliográfico referente à expansão urbana do entorno da Baía de Guanabara e das fortificações militares construídas, assim como levantamento de documentos históricos e material cartográfico que retratassem a implantação e a expansão urbana relacionada à presença das fortificações militares.

Também foi importante levantamento de informações relativas ao estudo histórico da implantação das fortificações e de seus atributos (posicionamento geográfico e histórico, tipo de armamento, idade, bandeira o qual representava,

contingente humano, etc). O posicionamento, especialmente importante aqui, foi considerado segundo às instalações atuais remanescentes.

O material foi submetido a uma comparação entre os aspectos de cada fortificação ao longo do tempo, bem como, também foi realizada uma comparação nas mudanças mais relevantes ocorridas em seu entorno.

Além desta visão discretizada, foi realizada uma descrição comparativa a respeito dos limites da área total em questão (área contínua dominada pelas fortificações) a fim de se identificar possíveis zonas de influência do poder militar na cidade do Rio de Janeiro, além da análise da participação do poder militar na expansão urbana da cidade. Na sequência de mapas das figuras 1, 2 e 3 abaixo é possível perceber a evolução da malha urbana entre 1567 e 1750.

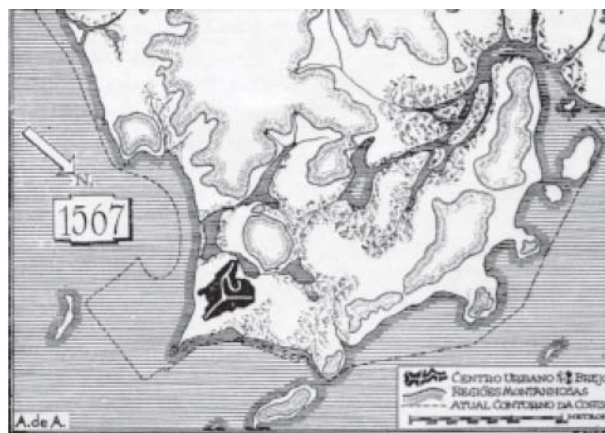


Fig. 1 – Detalhe da mancha urbana em 1567.
Fonte: Azevedo (1956 apud BRAGA, 2003).

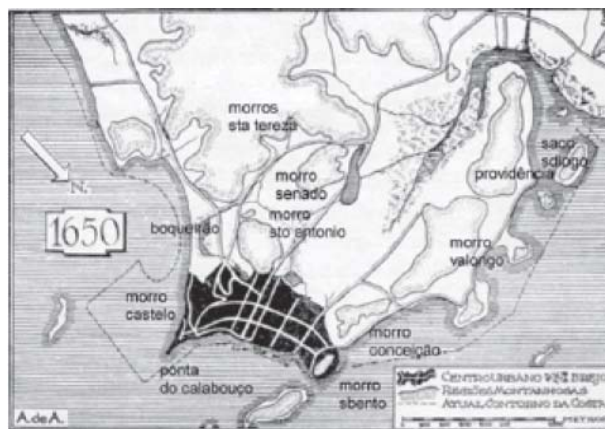


Fig. 2 – Detalhe da mancha urbana em 1650.
Fonte: Azevedo (1956 apud BRAGA, 2003).



Fig. 3 – Detalhe da mancha urbana em 1770.
Fonte: Azevedo (1956 apud BRAGA, 2003).

1.3 Mapas da Evolução Urbana da Cidade Rio de Janeiro

Para a elaboração de tais mapas, foram utilizados os programas ArcGIS 9.1 e NOAA Chart Reprojector para digitalização e vetorização de cartas e mapas históricos e para as correções necessárias, como transformação de coordenadas, suavização de contornos e de cores e ainda para a sobreposição dos mapas. No entanto, foram construídos dois tipos de mapas: os comparativos e os temáticos, que são apresentados como resultados e são utilizados como insumo de ilustração e análise ao longo deste trabalho.

1.4 Elaboração dos Mapas Comparativos

Os mapas comparativos seguem rigor cartográfico no que diz respeito ao sistema de coordenadas e ao ajuste da linha de costa. Foi utilizado o sistema de projeção UTM, visto que o documento selecionado como base ser justamente a carta náutica nº 1501- BAÍA DE GUANABARA, produzida pela Diretoria da Marinha do Brasil. Esta carta pode ser considerada suficientemente precisa, sobretudo no que diz respeito à localização da linha de costa, das ilhas, dos pontais e das lajes rochosas, sem falar nas sondagens de profundidade, pois é um documento que objetiva a segurança da navegação. Esta carta sobrepõe levantamentos sucessivos da Marinha Brasileira, que datam desde 1961 até 2007, nesta área de notável tráfego de embarcações (desde a época do descobrimento). Outro documento cartográfico utilizado para a comparação foi à carta apresentada por Amador (1997) como uma

reconstituição da linha de costa sudoeste da baía de Guanabara, justamente a porção do litoral que nos interessa, por ser o núcleo inicial de povoamento português no Rio de Janeiro.

Estes dois documentos foram submetidos a uma sobreposição e ajuste através da ferramenta rubbersheet, como uma ferramenta de distorção gráfica da linha de costa, para justamente mostrar um marco zero e um marco atual da porção central da cidade do Rio de Janeiro.

Interessante notar que, por se tratar de um ajuste basicamente gráfico, quanto maior a quantidade de vértices para a referência do ajuste melhor o resultado final. Foi então selecionado o maior número possível de feições “fixas”, dentre elas, ilhas rochosas, pontas rochosas, contato da costa com elevações rochosas. A procura de vértices de referência limita-se às porções do território com menor probabilidade de alteração, visto que o ajuste é para uma linha de costa com diferença de 500 anos e muitas modificações naturais e artificiais neste intervalo.

1.5 Elaboração dos Mapas Temáticos

Para o segundo grupo de mapas, os temáticos, não houve uma preocupação específica quanto à precisão e o ajuste gráfico. Foram selecionados alguns mapas históricos, elaborados em momentos distintos, por escolas cartográficas distintas, retratando principalmente a planta da cidade do Rio de Janeiro e destacados a linha de costa (através de linhas) e a mancha urbana representada (através de polígonos). A tarefa de digitalização/vetorização dos mapas históricos pressupõe a tarefa de georreferenciamento, e para isto, foram utilizados pontos conhecidos, visto que não existiam, em nenhum dos mapas, cruzetas indicando algum sistema de coordenadas. Então, os pontos selecionados foram aqueles referentes à linha de costa da cidade, como alguns costões rochosos (Pão de Açúcar e Cara de Cão), pontais (São Diogo e Calabouço) e ilhas (da Laje, das Cobras e etc).

Nestes mapas foram adotadas as coordenadas projetadas no sistema Universal Transverso de Mercator (UTM – Zona 23S). O erro em cada representação foi entre 40 e 60 m, considerado pequeno, visto a inegável

perspectiva de distorção destes documentos históricos. Para os resultados alcançados no trabalho, essa margem de erro foi insignificante. Foram então selecionados pontos destaque nestes mapas históricos (ponta São Diogo, ponta do Calabouço, Pão de Açúcar, Ilha da Madeira, Ilha de Ratier, Ilha das Cobras), dentre estes, visto às possibilidades, foram no mínimo quatro pontos utilizados em cada mapa histórico. Mapa histórico aqui entendido conforme definição de Oliveira (1983 apud ROSSATO, 2006), onde “mapa histórico” é definido “mapa com a representação do fenômeno ou acontecimentos anteriores à época da sua elaboração”. Depois de identificados e selecionados estes pontos, foram referenciados ao equivalente no mapa da linha de costa de 1500 com a Carta Náutica de 2007. Assim estes mapas puderam ser georreferenciados e vetorizados.

Tendo em vista a navegação como a principal estratégia de invasão, reconhecimento e dominação do território, muitos mapas e cartas náuticas foram elaborados, e seguindo princípios básicos de segurança na navegação de cabotagem, a linha de costa, os pontais e as ilhas talvez sejam o referencial mais preciso e apropriado para calibração visual das imagens.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA

A fundação da cidade do Rio de Janeiro segue os princípios básicos da colonização portuguesa. A ameaça ao território quando das invasões francesas, juntamente com o estabelecimento do Governo Geral da Colônia em Salvador na Bahia, leva à fundação de um núcleo português na entrada da baía de Guanabara, junto ao morro Cara de Cão. Trata-se de um ponto estrategicamente escolhido que permite a vigilância e o controle da entrada da baía e permite atacar as fortificações francesas nas ilhas. Posteriormente a cidade será transferida para o interior da baía, para o morro do Castelo ou de São Januário. A história da cidade será marcada por sua posição estratégica privilegiada, por ser relativamente próxima à África e ter um excelente porto natural, bem como pelas boas condições de abastecimento de água, e pelas condições geomorfológicas na qual os morros e maciços isolados no entorno da baía facilitam a defesa e dificultam os ataques.

Apesar do reconhecimento das vantagens estratégicas da baía de Guanabara, o que se verificou de fato no início do período de colonização foi a fundação simplesmente, por Américo Vespúcio 1503, de uma feitoria de pedra em Cabo Frio; além da povoação preferencial da baía de Santos. No Mapa 01 é possível identificar a localização dessas povoações.

Segundo Bernardes (1992), as razões para esta atitude estão no fato de que os portugueses não tinham condições de dispersar seus esforços e ao fato de que não estavam disponíveis trilhas indígenas que levassem ao planalto, o qual era foco de interesse devido à busca pelo ouro.

Esta busca pelo ouro deixou a baía de Guanabara desguarnecida, não sendo a partir deste ponto que se fixaria o domínio da metrópole. Como resultado, a região passou a ser freqüentada por naus estrangeiras, sobretudo francesas. Em 1551 Pero de Góis e Tomé de Souza já procuravam alertar a Coroa portuguesa sobre este preocupante fato. Em 1560 Nóbrega procurava convencer a coroa a povoar e fortificar a região devido às mesmas ameaças.

Desta forma, o medo do domínio francês foi o grande fator que levou à fundação da cidade juntando-se a isto, a vantagem de ser um local ideal para a fortificação da região contra incursões marítimas. Assim, a fundação da cidade teria a motivação primordial e inicial à defesa do território.

Em 1º de março de 1565, a frota portuguesa que desembarcou entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão, declarou a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Durante os dois anos seguintes, Estácio de Sá combateu os franceses, conseguindo derrotá-los e expulsá-los completamente. Nesta mesma época acontece a transferência do núcleo de povoamento para o interior da baía de Guanabara em 1567, no Morro do Castelo, que ocorreu por motivos estratégicos. A baía de Guanabara formava junto com o Maciço da Tijuca uma fortaleza natural. Local ideal para fundação de uma colônia e instalação de fortificações militares (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2008).

Bernardes (1992) interpreta que não se pode entender a fundação da cidade e a posterior transferência para o Morro do Castelo sem a

articulação entre a geografia física e a sociedade que buscava apropriar-se do território.

Desta forma, a ocupação do Morro do Castelo até então ignorado pelos franceses, está diretamente associada à defesa do território português no séc. XVI. A Coroa Portuguesa se sentindo ameaçada pela presença dos franceses na baía de Guanabara apressou a ocupação do território. Embora esta primeira ocupação fosse apenas um precário acampamento militar, apesar de sua localização estratégica, pois possuía duas rotas de fuga em caso de ataque (baía e o Atlântico), o Rio de Janeiro já nasceu como cidade, não recebendo anteriormente a denominação de povoado ou vila.

A cidade cresceu orientada por seus maciços costeiros. Inicialmente as primeiras ocupações portuguesas visavam apenas o domínio e a defesa da baía de Guanabara aproveitando suas condições naturais favoráveis para instalação de fortes e fortalezas. De acordo com Amador (1997), a entrada da baía possui apenas 1600 metros no trecho entre a fortaleza de São João e a fortaleza de Santa Cruz, condição ideal para o fogo combinado contra invasores. Foi assim, protegida pela baía de Guanabara e pelo maciço da Tijuca que o embrião da cidade começou a se desenvolver.

De acordo com Amador (1997), a baía de Guanabara está inserida no trecho do litoral brasileiro denominado de Litoral das Escarpas Cristalinas, devido à presença da Serra do Mar e dos maciços costeiros. A baía de Guanabara, bem como sua bacia hidrográfica contribuinte, está localizada na zona denominada Baixada Fluminense, que corresponde a um compartimento tectônico rebaixado (depressão ou *gráben*) de idade cenozóica. Ainda de acordo com Amador (1997), por ter sido a baía originada do afogamento marinho de um vale fluvial, são inúmeras as enseadas e estuários, delineados por pontões. As ilhas e ilhotas, em número superior a cem, representam o topo de elevações situadas no antigo vale fluvial afogado, tendo algumas sido acrescidas com sedimentos transportados pelas correntes internas da baía.

Desta maneira, cercada por maciços, colinas, pontões e costões rochosos, com um notável estrangulamento em sua barra, além de ilhas com posições estratégicas para defesa,

a baía de Guanabara apresentava um padrão espacial favorável à instalação de fortificações militares, tais como fortes e fortalezas.

Com a “boca” estreita e elevações rochosas próximas, além da existência de várias enseadas gerando propícios ancoradouros, a baía de Guanabara é considerada por muitos autores como uma fortificação natural.

3. FORTIFICAÇÕES E DEFESA NO RIO DE JANEIRO

A transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro foi um dos principais fatores que desencadearam a construção de vários dos fortes que ocupavam posição estratégica, principalmente, na Baía da Guanabara Ferrez (1963). Outra explicação para proteção conferida à baía consta da chegada da família real ao Rio de Janeiro, como um dos marcos para a construção das fortificações que se fazem presentes no litoral do estado. Porém fortificações já eram construídas desde o século, XVI visando a proteção da barra da baía.

O fato é que, por todos os motivos, os fortes foram projetados em localização estratégica, proporcionando proteção à baía e à cidade. Desta forma, cabe destacar que a disposição da maioria deles encontra-se bem na entrada da Baía de Guanabara. A localização dos fortes propiciava a segurança da cidade e da população.

Algumas conceituações são, de antemão, necessárias. Segundo Barreto (1958), “fortificação” é a denominação genérica de obras de defesa militar, que podem ser de campanha, destinada a satisfazer as necessidades táticas no decorrer de uma campanha ou permanentes, destinadas a satisfazer as necessidades estratégicas, tendo em vista as futuras operações ofensivas, ou de defesa de um país contra as invasões inimigas.

A tipologia das fortificações está associada ao número de obras de defesa, ao local, à natureza dos armamentos e área ocupada, e podem ser classificadas em:

- Praça ou Forte de Guerra;
- Fortaleza;
- Forte;
- Fortim;
- Reduto;
- Redente;

- Bateria;
- Hornaveque;
- Castelo;
- Casa Forte;
- Porta.

É denominada de Praça ou Forte de Guerra, uma fortaleza de grande extensão ou uma cidade fortificada, defendida por diversas obras de fortificação. Como Fortaleza, entende-se uma fortificação cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes. Forte, é a fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas na mesma obra. Um forte pequeno denomina-se Fortim. Por Reduto entende-se um pequeno forte isolado no exterior ou no interior de uma fortaleza. Redente é uma obra de fortificação em forma de ângulo saliente. Bateria é uma obra de fortificação menor que um reduto e, em princípio isolado e armado apenas com canhões. Hornaveque é uma obra de fortificação avançada, composta

de dois meios baluartes, interligados por uma cortina. Castelo é a denominação dada a uma residência senhorial ou real fortificada, sua forma em princípio compreende uma muralha com torres, fosso com água, ponte elevadiça e etc. Uma Casa Forte é uma habitação transformada por obras de fortificação em um pequeno reduto. Por último, Porta, significa um posto de vigilância com a finalidade militar e comercial, instalado na entrada das principais cidades e protegidas por um fosso. Barreto (1958).

4. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS FORTIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO

Na Figgura 4, é possível identificar a localização das fortificações utilizadas para este estudo. Foram utilizados ao todo 19 fortes.

Segue abaixo uma listagem com a descrição de algumas fortalezas destacadas neste artigo:

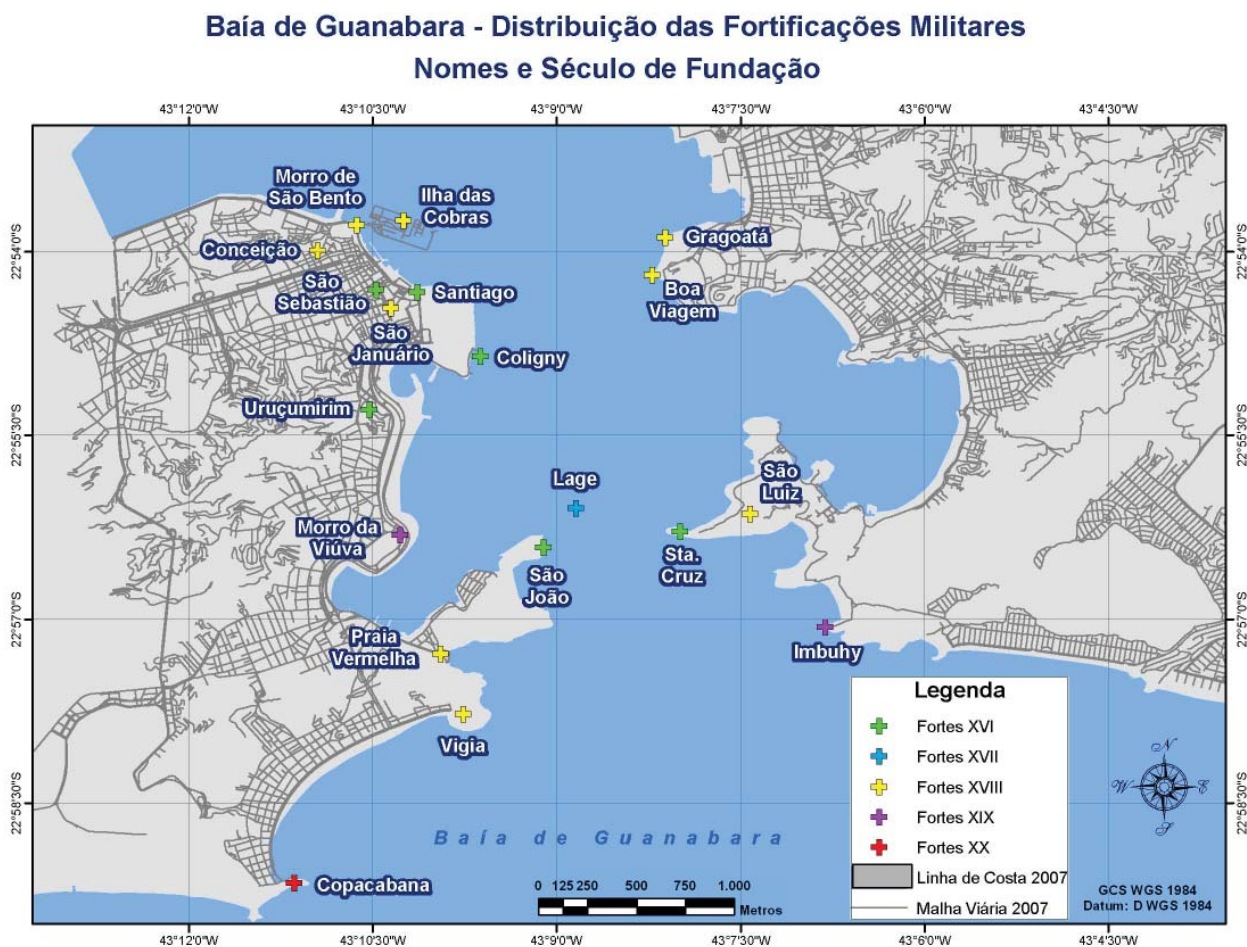


Fig. 4 – Distribuição das Fortificações da Cidade do Rio de Janeiro com os respectivos séculos de instalação.

4.1 Fortaleza de Santa Cruz

A construção foi anterior a fundação da cidade do Rio de Janeiro, planejada para a defesa da “França Antártica”. Teve sua origem na fortificação rudimentar constituída de dois canhões sobre um rochedo na entrada da baía da Guanabara, feita por Nicolas Durant de Villegaignon, em 1555.

Em 1567, a fortaleza foi tomada por Mem de Sá e tornou-se um ponto de defesa estratégico e principal da Baía de Guanabara. Neste período, a fortaleza passou a se chamar Nossa Senhora a Guia. Em 1599, registrou-se o primeiro ataque de piratas holandeses ao forte. Barreto (1958).

A denominação de fortaleza de Santa Cruz foi dada em 1632, em que, na ocasião, uma grande reforma na construção foi realizada.

Dentre os inúmeros combates que a Fortaleza de Santa Cruz participou, cabe destacar que a maioria obteve sucesso na proteção da Baía de Guanabara. Contudo, o registro de derrota ocorreu quando franceses liderados por René Du Guay Trouin invadiram a cidade em 1711.

4.2 Fortaleza de São João

A Fortaleza de São João é uma edificação que data o ano de 1565, construída por Estácio de Sá. Historicamente teve início a partir do Reduto de São Martinho feito com taipa de pilão, telhas trazidas de São Vicente e madeira em cerca de 1565. Posteriormente, este reduto foi reforçado durante o governo de Salvador Correia de Sá (1568-1572) com a adição da Bateria ou Reduto de São Teodósio (1572). Em 1578 foi adicionado o Reduto de São José, e em 1618 com o Reduto de São Diogo. Desde então o conjunto entrou em funcionamento com o nome de Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro, que cruza fogos com a fortaleza de Santa Cruz da Barra e com o Forte da Laje.

No período colonial, foi considerado um dos principais pontos de defesa do Rio de Janeiro. Em 1618, a Fortaleza de São João sofreu amplas reformas, atuando, a partir deste ano, como peça chave para defesa do território (BARRETO, 1958).

4.3 Fortaleza da Laje

A Fortaleza da Laje foi construída em uma ilha na Baía de Guanabara, medindo aproximadamente 600 m², com aparência semelhante a uma tartaruga. Em 1555, os franceses ocuparam o forte, o que representou a invasão da França no Rio de Janeiro. Estes invasores a denominavam Ilha *Ratier* e nesta ilha foi inicialmente levantada uma Bateria, homônima (CORREA, 1940). Em 1953 foi batizado com o nome de Almirante de Tamandaré. Já em 1997, o forte foi desativado.

4.4 Fortaleza da Conceição

Em 1715 ocorreu a construção da Fortaleza da Conceição, atualmente, localizada no centro urbano do Rio de Janeiro.

A obra demorou a ser concretizada. Inicialmente, entre o Morro da Conceição ao Morro do Castelo, o projeto constava uma muralha, repleta de canhões, que formariam a defesa da cidade. No governo de Pereira Passos, uma reforma com a projeção da Rua da Vala, impediu a concretização do projeto original da Fortaleza. O Serviço Geográfico Militar se instalou no local, no início do século XX, e em meados dos anos 70, o Centro de Operações Cartográficas começou a ocupar as suas instalações. Atualmente, o Serviço Geográfico do Exército, ali localizado, mantém o funcionamento da biblioteca histórica na Fortaleza da Conceição.

4.5 Forte de Imbuhy

Próximo ao forte de Santa Cruz localiza-se o Forte de Imbuhy. Trata-se de uma fortificação mais recente, visto que, sua construção ocorreu em 1863. O Forte de Imbuhy, assim como os demais, foi planejado como estratégia para proteção da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, foi projetado a partir de um acordo firmado entre Inglaterra e Brasil, conhecido como “*Questão Christie*”. O forte foi projetado com o nome de Pedro II e, mais tarde, foi chamado de Imbuhy (CAMPOS, 1940).

4.6 Forte Duque de Caxias

A importância da localização geográfica da praia do Leme para a defesa do litoral carioca foi decisiva para a construção do Forte Duque

de Caxias (então Forte do Vigia, posteriormente Forte do Leme) na Ponta do Vigia, quando a cidade estava limitada pelos Morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. O imponente portão de pedra na entrada do forte construído entre 1776 e 1779, ainda existe na Ladeira do Leme. No período colonial o forte ainda não possuía artilharia, mas ficou famoso, pois era guarnecido pela Companhia dos Dragões de Minas (DPHCEX, 2007).

4.7 Forte de Copacabana

Trata-se da fortificação mais recente na cidade do Rio de Janeiro, já que foi construído em 1914, em uma área total de 114.169 m². Composto de instalações e equipamentos bélicos modernos para a época foi considerada a praça de guerra mais moderna da época, na América do Sul. (BARRETO, 1958).

4.8 Forte Coligny

O Forte Coligny localizava-se na Ilha de Sergipe (atual Ilha de Villegaignon), no interior da baía da Guanabara. Constituiu o núcleo do estabelecimento colonial francês de Villegaignon (1510-1571), tendo sido batizado em homenagem a Gaspard de Coligny. O forte foi construído com mão-de-obra indígena (cerca de quarenta escravos adquiridos aos Tupinambás) e dos colonos.

A excelência estratégica do local determinou que, posteriormente, ali fosse erguida uma estrutura defensiva pelos portugueses, a Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegaignon (DPHCEX, 2007).

4.9 Entrincheiramento de Uruçumirim

O Entrincheiramento de Uruçumirim localizava-se no interior da baía de Guanabara, aproximadamente entre a foz do rio Carioca e onde hoje se localiza o Outeiro da Glória (DPHCEX, 2007). Uruçumirim, considerado um entrincheiramento, era de fato um importante aldeamento dos Tupinambás, defendido ao modo indígena, cercado de forte paliçada (BARRETO, 1958) o chama de Bateria, erguida no outeiro da Glória entre 1555-1567, sendo sua conquista pelos portugueses em 1567. É, portanto, no processo de expulsão dos franceses de Villegaignon que surge a fortificação de

Uruçumirim e da ilha de Paranapuçuí.

5. AS INVASÕES FRANCESAS AO RIO DE JANEIRO

A idéia de criar no Rio de Janeiro uma colônia francesa, apoiada por Henrique II, rei da França (1547 – 1559) foi de Nicolas Durand de Villegaignon, que desembarcou em novembro de 1555. De fato os franceses conseguiram permanecer estabelecidos no Rio durante quatro anos e três meses.

Embora a colônia tenha apresentado um bom desenvolvimento inicial, as rígidas normas disciplinares acabaram por fomentar revoltas entre os colonos. Em 1558 Villegaignon retornou a França para se justificar diante de queixas de colonos diante da coroa Francesa (FRAGOSO, 1965).

5.1 O Ataque de Du Clerc - 1710

Em 1710 acontece o ataque de Du Clerc, que após evitar fogo frontal e conseguir desembarcar em Guaratiba, Duclerc chegou, em 18 de setembro, ao Engenho Velho dos Padres da Companhia (São Francisco Xavier) há pouca distância do centro da cidade. No dia 19 iniciaram marcha na direção do Catumbi, evitaram forças defensivas colocadas no Campo de Nossa Senhora do Rosário e seguiram pela velha estrada de Mata Cavalos (atual Rua do Riachuelo).

Ao atingir o morro do Desterro (atual Santa Teresa) chocou-se com forças de defesa. Nova reação nas imediações da Igreja do Parto (Rua Rodrigo Silva próximo à Rua de São José) sofreu pequenas baixas. Apesar da resistência conseguiram atingir a Praça do Carmo (atual Praça 15 de Novembro), local da residência do Governador. Nesta praça, em combate com tropas enviadas pelo Governador, as forças corsárias foram ainda atacadas, simultaneamente, por tropas de terra, bombardeadas pelos canhões dos navios ancorados e pelos canhões das Fortalezas da Ilha das Cobras e da Bateria de São Bento (FRAGOSO, 1965).

Buscaram refúgio no Trapiche da cidade, mas sob a ameaça de incêndio decidiram render-se, terminando assim o confronto com a derrota das forças corsárias francesas.

A tab. 1 representa um resumo do Ataque de Du Clerc em 1710.

Tabela 1: cronologia do ataque de Du Clerc em 1710

Data	Ação
06/ago	Frota na costa do Rio de Janeiro.
17/ago	Navios barrados pelos canhões das Fortalezas da baía.
18/ago	Frota segue em direção ao sul da costa.
27/ago	Frota fundeada na Ilha Grande onde fica até dia 31/08
05/set	Desembarque na Ilha da Madeira.
10/set	Desembarque repellido no Rio de Janeiro.
11/set	Desembarque na Barra da Tijuca e Guaratiba.
17/set	O contingente desembarcado segue por terra até o Engenho dos Padres (Camorim).
18/set	

Fonte: Adaptado de Fragoso (1965).

5.2 O Ataque de Du Guay Trouin - 1711

Ao contrário de seu antecessor, não subestimou o inimigo. Partiu em sua expedição com o aval de Luis XV, que forneceu os navios, enquanto ricos cidadãos a financiaram. A frota era composta de cinco fragatas; uma galeota e três bombardas, as quais se uniram mais tarde duas naus.

Apesar do sigilo, a expedição foi descoberta pelos ingleses que enviaram um pacote que chegou ao Rio de Janeiro no final de agosto.

No Rio de Janeiro a frota portuguesa contava com 56 naus com 74 canhões, sob o comando do Capitão Gaspar de Ataíde Costa. O governador, tendo sabido da passagem da frota francesa por Cabo Frio deu ordens de prontidão às Fortalezas. Um atraso de três dias fez com que pensasse se tratar de falso alarme, desativando as defesas. Du Guay Trouin optou por entrar na baía ao amanhecer sob nevoeiro, e assim forçou a barra em 12 de setembro. A Figura 5 representa a entrada da frota de Du Guay Trouin na Baía de Guanabara.



Fig. 5 – Plan de la baye et la ville de Rio Janeiro, c.1745. Fonte: Museu Histórico Nacional (2008).

A armada defensora não se encontrava a postos em linha de batalha, entre as fortalezas de Santa Cruz e da Boa Viagem, mas ancorada nas proximidades da fortaleza de Villegaignon. Para evitar perder os navios para os franceses, foi determinado que os navios fossem encalhados e incendiados na Ponta da Misericórdia. A Fortaleza de Villegaignon foi posta fora de combate devido à explosão do paiol de pólvora. Todos esses elementos tornaram a defesa fraca.

A Fortaleza da Ilha das Cobras foi ocupada com facilidade e sua artilharia usada pelos franceses para atacar a Fortaleza de São Sebastião (no morro do castelo) e o entrancheamento do morro de São Bento. FRAGOSO (1965).

Desembarcaram no dia 14 de setembro na praia do antigo Saco do Alferes entre o saco de São Diogo e a Ponta existente um pouco antes da Gamboa, evitando assim a parte mais bem defendida da cidade. Atacaram o Forte de São Sebastião e o entrancheamento do morro de São Bento. Uma reação liderada por Bento do Amaral Coutinho teve algum êxito sendo interrompida por ordem do governador. Após algumas escaramuças, e dois ataques franceses, um ao morro de São Bento e outro ao da Conceição, o governador da cidade acabou por render-se. É interessante notar que FRAGOSO (1965) aponta a existência de uma Bateria no Mosteiro de São Bento, “em que havia um forte, feito e guarnecido de artilharia pela indústria dos religiosos do mesmo mosteiro”. A TAB. 2 representa um resumo do Ataque Guay Trouin em 1711.

Tabela 2: Cronologia do ataque de Du Guay Trouin em 1711

Data	Ação
14/set	Desembarque e domínio dos morros.
15/set	Fazem uma parada e se preparam para combater; avançam pela planície chegando até uma área alagada com matagal espinhoso de onde recuam.
16/set	Instalam uma bateria em uma península que dominava pela retaguarda, as baterias e parte dos redutos dos beneditinos.
17/set	Ocorre um contra ataque por parte dos portugueses.
19/set	Franceses tomam a Ilha das Cobras.
20/set	Dois vasos franceses mantêm fogo sobre fortificações em terra.
21/set	Ataque por terra ao morro da Conceição, investida contra os beneditinos.
23/set	Intimação à Fortaleza de Santa Cruz e sua conquista assim como a de São João e Villegaignon. Vitória dos franceses que pedem resgate da cidade
11/out	Negociação do resgate
30/nov	Partida dos franceses

Fonte: Adaptado de Fragoso (1965).

6. RESULTADOS

Como resultados apresentam-se os mapas temáticos, em ordem cronológica, onde se sugere uma reconstituição e representação sintética das áreas de influência urbana (hinterlândia) dos fortes, fortalezas e fortificações militares, expressados pela mancha urbana, que desde o aparecimento do primeiro núcleo de fundação da cidade do Rio de Janeiro, apresentam-se presentes, influentes e destacados, até os dias atuais. A Fig. 6 representa a mancha urbana existente, identificada através do mapa de Teixeira de Albernaz, em 1666.

Neste terceiro mapa temático (Fig. 7), apresenta-se uma sobreposição da linha de costa de 1500 com a linha de costa (em rosa) da planta de 1770, pertencente a escola cartográfica portuguesa. Aparece a área da cidade, adensada, nas proximidades de seu núcleo central e os primeiros elementos de uma expansão da mancha urbana em direção a oeste, além de alguns caminhos preferenciais para sudoeste.

Na comparação com a planta de 1794, a Fig. 8 representa o espraiamento da mancha urbana preferencialmente se destaca para a direção sudoeste e para toda a extensão da faixa costeira, evidenciando um segundo momento da urbanização da cidade.

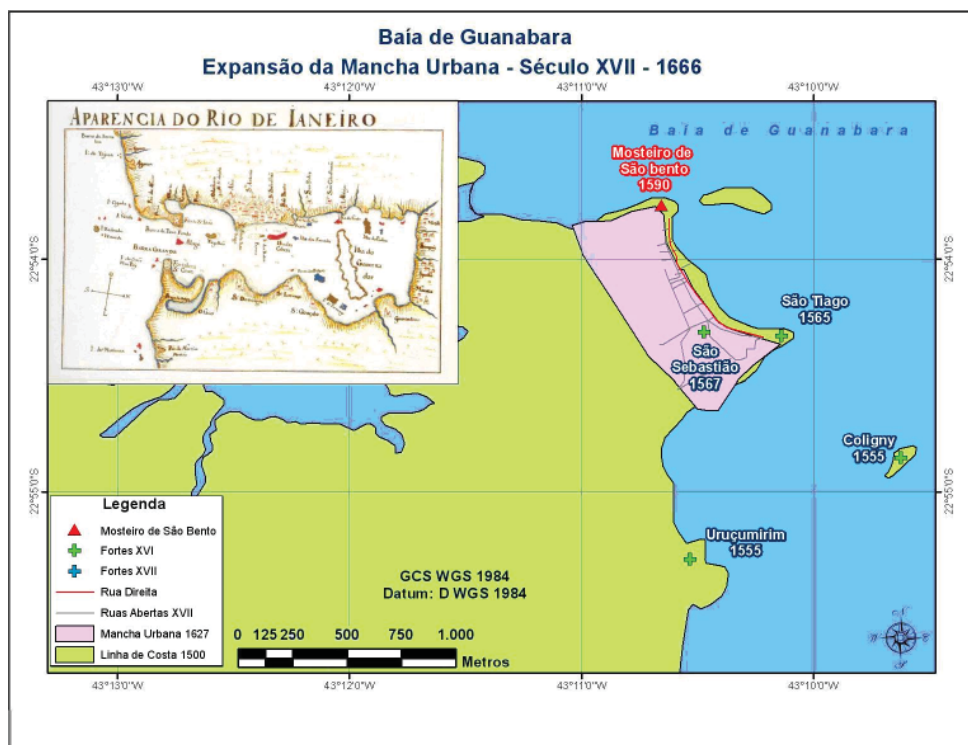


Fig. 6 - Sobreposição da linha de costa (1500) com mapa de Teixeira de Albernaz.

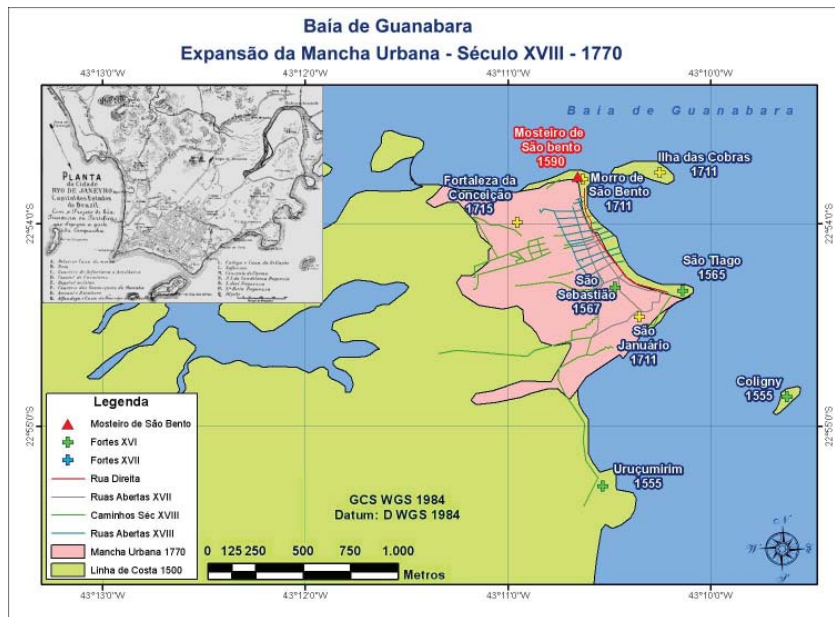


Fig. 7 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1770).

Com a comparação com as plantas de 1812 e 1817 (Figs. 9 e 10, respectivamente), reforça-se este mesmo processo de expansão e adensamento urbano.

Em 1831 (Fig. 11) e 1838 (Fig. 13, mais restrito) a sobreposição da planta da cidade mostra um avanço considerável da mancha urbana para oeste ou noroeste, com a mais efetiva ocupação dos bairros da Gambôa, Santo Cristo em direção à São Cristóvão e Caju, devido a ocupação do centro estar plenamente efetivada, e a expansão para a Zona Sul já ter sido preferencialmente associada à habitação de classes mais abastadas.

Por fim, sugere-se através da sobreposição de

todas as manchas urbanas (Fig. 13) representadas nestes mapas históricos um processo de urbanização que segue os princípios de ocupação inicial e adensamento das áreas centrais, no quadrilátero formado pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Em seguida mostra-se um padrão de expansão para áreas marginais, para Glória e Zona Sul, no sentido sudoeste e para os bairros da Gamboa, Santo Cristo e São Cristóvão para noroeste. Estas são as principais áreas adjacentes ao centro da cidade e encontram-se diretamente inseridas no processo de urbanização, cuja raiz, o núcleo inicial de povoamento e instalação da cidade, foi o principal objeto de análise neste estudo.

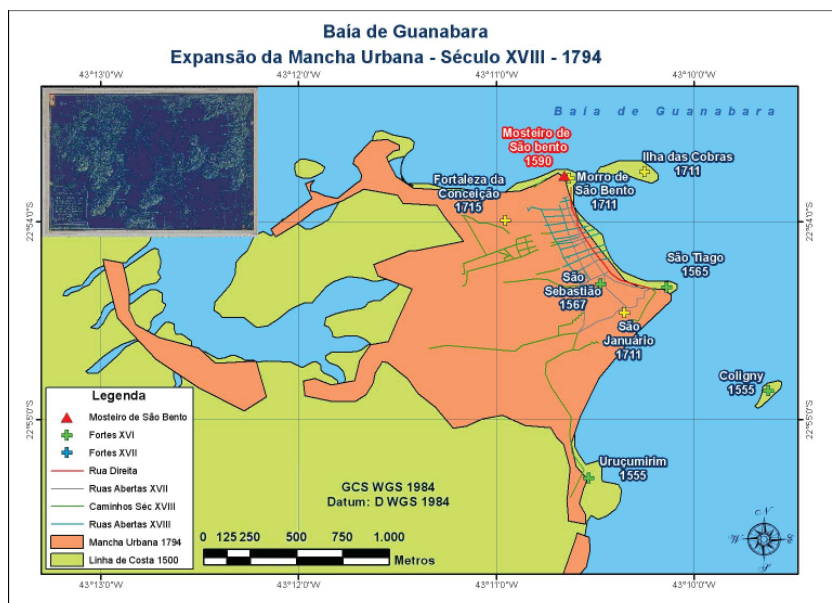


Fig. 8 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1794).

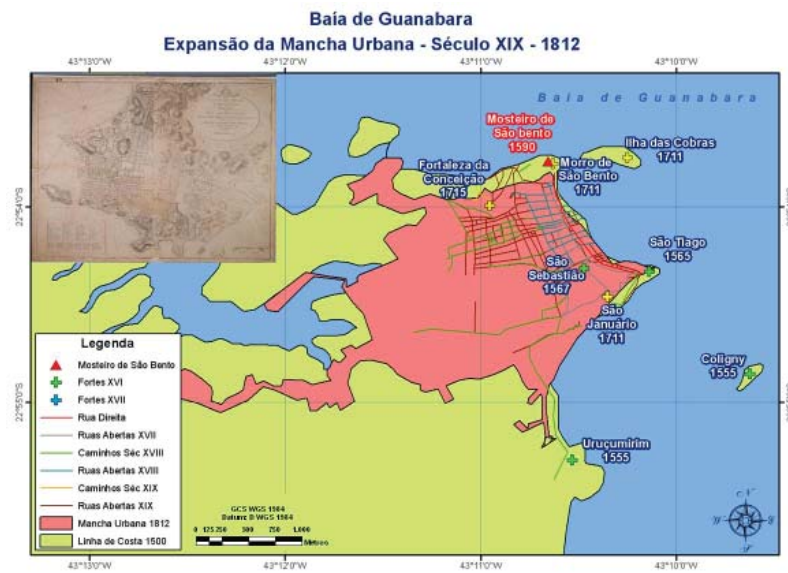


Fig. 9 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1812).

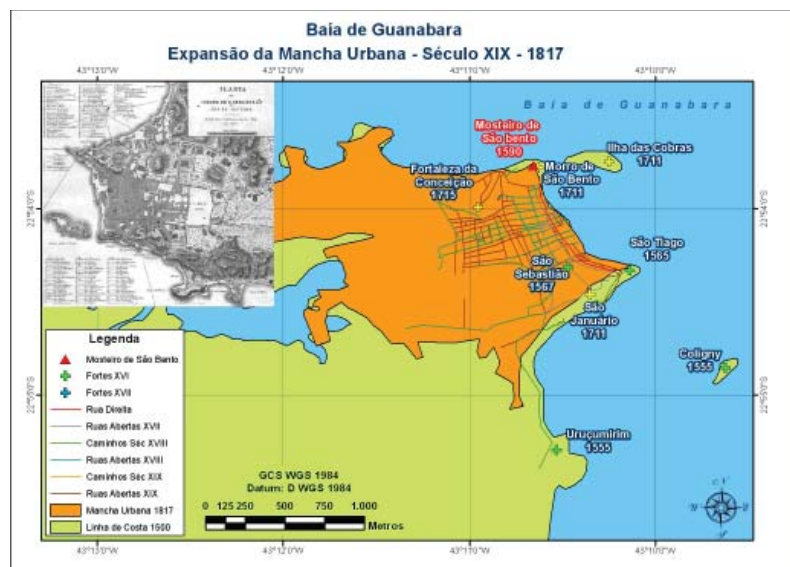


Fig. 10 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1817).



Fig. 11 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1831).

sobre o adensamento da população em determinadas áreas próximas a fontes, bicas, chafarizes e etc. Este adensamento se mostra claro quando analisamos a cidade até o final do século XVII, nas áreas da Glória, Lapa, atual Praça Mauá e entorno.

Outro vetor, certamente, foi o religioso, e este perdurou por mais tempo até mesmo que os fortes. A igreja foi responsável, num primeiro momento, por ocupar áreas mais segregadas da cidade, como os morros e áreas mais isoladas. A atividade religiosa caminhou *paripassu* com a urbanização da cidade. Nos séculos XVI e XVII o poder da igreja confundia-se como o da metrópole. Um exemplo de gueto religioso instalado no século XVI e que se mantém com a mesma função até os dias de hoje é o Morro de São Bento, que abriga o mosteiro de mesmo nome, e é uma das ilhas de segregação, cravada no coração da cidade do Rio de Janeiro.

De fato houve fundamental influência das fortificações militares no povoamento inicial da cidade do Rio de Janeiro, desde o momento em que Estácio de Sá, escolheu o local de fundação da cidade, no Morro Cara de Cão. Quanto a isto não pairam dúvidas.

A questão fundamental é até quando, e isto os mapas podem responder. Verifica-se através do mapa 07 que até o início do século XVIII o núcleo de povoamento que representava a cidade do Rio de Janeiro ainda permanecia resguardado pelo quadrilátero formado pelas elevações do Morro do Castelo, Morro do Carmo (Santo Antônio), Morro Manuel de Brito (Morro de São Bento) e Morro do Padre Salsa (Morro da Conceição), elevações estas que abrigavam fortificações militares. Adicionalmente uma bateria armada na ilha de Sergipe (Villegaignon) e nas entradas da baía de Guanabara tornavam a cidade de fato protegida de invasões marítimas. Poucos eram os caminhos que saíam para o interior, digamos, para áreas menos protegidas, e mesmos estes, ainda não eram considerados como parte da malha urbana da cidade.

De qualquer forma, algumas áreas primariamente ocupadas pelo poderio militar português, como a Urca, permaneceram sem um desenvolvimento urbanístico que pudesse ser atribuído à influência das fortificações. A proteção exercida pela Fortaleza de São João era muito mais voltada para a barra da baía de

Guanabara do que à retroterra imediata. Este padrão pode ser aplicado também aos fortes que se instalaram em outras áreas, como no Leme (Forte do Vigia) ou em Niterói (Fortaleza Santa Cruz).

A partir do início do século XVIII a cidade começa a fugir dos limites resguardados pelos fortes, mas verificam-se novas construções de fortificações e ampliação das já existentes. A cidade não se movimenta mais sob os canhões militares, porém, os acessos (entradas e saídas da cidade), que eram basicamente por mar, estavam muito bem resguardados. Pode-se, portanto afirmar que, neste momento (século XVIII), desde o início, outros vetores e outra lógica de urbanização impulsionavam a expansão da cidade, mas sua porta de entrada estava ainda (e cada vez mais) sob a mira dos canhões das fortificações portuguesas.

Na medida em que cresce a população, modificam-se as prioridades devido ao crescimento do comércio, às mudanças econômicas e sociais, de modo que a população passa a ocupar a planície. Então, finalmente iremos encontrar os lugares altos ocupados pelas pessoas e pelas atividades mais inferiores do ponto de vista social e também a abrigar funções consideradas degradantes e insalubres como, por exemplo, as favelas e os hospitais (quando as doenças eram menos conhecidas e controladas do que atualmente) (ABREU, 1997).

Em termos militares, nota-se a desativação progressiva de diversas instalações e/ou a mudança de função para museus e escolas, ou até mesmo por abandono e simples tombamento histórico, por exemplo. Nota-se igualmente que com o passar do tempo, a influencia militar parece ir diminuindo na medida em que a função efetivamente protetora contra ataques estrangeiros, pirataria e tentativas de tomada do território, não se faz mais necessária.

Entretanto, esta percepção é apenas parcial e incompleta. Ela leva a crer que toda e qualquer relação entre as questões militares e a vida da cidade teria cessado de existir ou deixado de ter qualquer importância, mais ou menos subitamente, quando se tornaram desnecessárias à defesa da cidade contra um inimigo externo.

Uma perspectiva mais geopolítica poderia acrescentar novas e úteis idéias, bem como novas interpretações dos mesmos fatos observados.

Levando em conta, na análise, o material apresentado neste trabalho, vê-se claramente que a cidade foi um importante ponto estratégico em termos geopolíticos, tendo ocupado a sua primazia política entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Em consequência disso, a cidade teve uma história marcada pela presença de instalações e instituições militares.

É muito freqüente que cidades se desenvolvam ao redor de sítios defensivos da mesma maneira que ao longo de fontes de água como rios o seguindo linhas de comunicação tais como rodovias e estradas de ferro. Em um processo de retro-alimentação a importância política, econômica e geopolítica da cidade requer o aumento de do número de instalações de proteção.

Desta forma, ao mesmo tempo em que estas instalações se tornam parte do tecido urbano, ficam também segregadas dentro dele, por envolverem objetivos e conveniências do sistema de poder que os tornam espaços fechados ao acesso e ao conhecimento da maior parte da população de cidadãos.

Como quer que seja, e qualquer período da história que seja, sempre houve presença militar na cidade do Rio de Janeiro, e esta presença necessariamente influenciou seu entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, J. B. da (org.). **A cidade e o urbano: Temas para o debate**. Fortaleza, EUFC, 1997. 199-322pp.

ABREU, M. de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3ed, 1997. 156 p.

AMADOR, E. da S. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 1997. 405 p.

AMORIM, A. História das Fortificações do Brasil. **Boletim do Estado Maior do Exército**, abril/maio, 1916. 320 p.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE

JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura. **Biblioteca Virtual**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/>; [capturado em nov/dez 2008].

BARRETO, A. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958. 335 p.

BERNARDES, L. M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, M. A. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Biblioteca Carioca. 1992. 335 p.

BRAGA, A. C. **Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro**. RJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. 280 p.

CAMPOS, J. da S. **Fortificações da Baía**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CORREIA, M. Velhas Fortificações. In: **Revista Nação Armada**. nº 8, julho de 1940. 35p.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO (DPHCEX). Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/>. [capturado em jun/jul/ 2007].

FRAGOSO, A. T. **Os Franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965. 139 p.

FERREZ, G. **As Cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro, Sedagra, 1963. 93 p.

FERREZ, G. **O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto**. Serviço de Documentação Geral da Marinha: 1555-1800. Rio de Janeiro, 1972.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Sistema de Documentação da UFRJ**. Acesso em abril/maio/junho de 2008. Disponível em: <http://www.minerva.ufrj.br/>; [capturado em abril/maio/junho de 2008].

ROSSATO, B. A. R. **As Temporalidades das Representações Cartográficas**. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2006. 104 p.